



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

MEC / INEP
SIBE - CIBEC

PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

(1963-1965)

BRASÍLIA
1963

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

PLANO TRIENAL DE EDUCAÇÃO

I — PRÉ-INVESTIMENTO PARA APERFEIÇOAMENTO DO FATOR HUMANO

SITUAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Matrícula

Nos seus aspectos quantitativos, o sistema escolar brasileiro, entre 1950 e 1960, apresentou nos três níveis de ensino a seguinte expansão de matrícula em números redondos:

	Primeiro nível	Segundo nível	Terceiro nível
1950	4.352.000	540.000	49.700
1960	7.141.300	1.177.400	93.200

O incremento foi assim de 64 por cento no primeiro, 118 por cento no segundo e 88 por cento no terceiro nível. Como, na mesma década, a população subiu de 52.000.000 a 70.500.000, ou seja, de 36 por cento, o crescimento real foi de 20 por cento no primeiro nível, 60 por cento no segundo e 38 por cento no terceiro nível.

O rendimento do sistema escolar mede-se pelo número dos diplomados nos três níveis de ensino. O exame das cifras neste ponto revela, com maior evidência, o grau de deficiência em que nos encontramos.

Tomando-se a população escolar em 1959, de 7 a 11 anos (8.891.000) e de 12 a 18 anos (10.821.000), ou seja, de 19.712.000 crianças e adolescentes para a população global de 64.300.000, esta era a distribuição dos alunos ao longo da escada

educacional, para o Brasil, segundo as regiões geo-econômicas a seguir: (1)

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL 1959	R E G I Õ E S		
		NORTE-OESTE	NORDESTE	SUL
Encontram-se na escola primária.....	7.141.284	635.285	1.529.560	4.976.439
Graduam-se na 4.ª série primária.....	558.944	26.868	42.997	489.079
Encontram-se na 1.ª série da escola média.....	304.153	19.681	47.596	236.876
Graduam-se na 4.ª série da escola média (*).....	122.783	6.980	20.589	95.214
Graduam-se na 7.ª série da escola média.....	60.157	2.810	9.459	47.878
Matriculam-se na 1.ª série da escola superior (**).....	24.815	994	3.839	19.982
TOTAL.....	8.212.136	692.618	1.654.050	5.865.468

(*) Excluído o curso agrícola.

(**) Não computada a matrícula da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, por falta de dados.

Em face desse instantâneo da situação escolar em 1959, teríamos que, pará cada grupo de 1.000 crianças de 7 a 14 anos (13.806.000):

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	R E G I Õ E S		
		NORTE-OESTE	NORDESTE	SUL
Entram na escola primária....	517	46	110	361
Graduam-se na 4.ª série primária.....	40	2	3	35
Matriculam-se na 1.ª série da escola média.....	22	1,5	3,5	17

(1) Região Norte-Oeste — Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Goiás, Acre, Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia.

Região Nordeste — Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Região Sul — Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

E para cada grupo de 1.000 adolescentes de 12 a 18 anos (10.821.000):

ESPECIFICAÇÃO	BRASIL	R E G I Õ E S		
		NORTE-OESTE	NORDESTE	SUL
Graduam-se na 4.ª série da es-Graduam-se na 7.ª série da es-Matriculam-se na 1.ª série da	11,5 5,5 2,29	0,5 0,3 0,09	2 0,8 0,35	9 4,4 1,85

A análise mais específica de cada nível de ensino apenas nos confirma esse panorama. Para uma população hoje de cerca de 14 milhões e duzentos mil de 7 a 14 anos, oferecemos escolas a cerca de 7 milhões e quinhentos mil, ou seja, pouco mais de 50 por cento. Destes, encontram-se na primeira série 53 por cento, na segunda 21 por cento, na terceira 15 por cento e nas quartas e quintas, 9 por cento. Considerando-se a primeira série do nível médio dentro desse período de idade de 7 a 14 anos, pode-se elevar esta última percentagem a 11 por cento.

Tendo-se em vista que a escola rural é de três séries e a urbana de quatro séries, seria legítimo admitir que se diplomavam na escola primária rural 4 por cento dos matriculados e na urbana, 12 por cento, sendo 9 por cento da escola primária e 3 por cento da primeira série do nível médio. Corresponderia isto a 2 por cento e 6 por cento de diplomados em relação à população escolar global, que só chega à escola, como vimos, pela sua metade. Como a população matriculada na zona rural era de 2.800.000 em 1958, diplomávamos em ensino primário de três séries 112.000 alunos e no ensino urbano de quatro ou cinco séries, cuja matrícula era de 4 milhões, 480.000 alunos. Como cerca de 50 por cento desses alunos vão continuar os seus cursos, menos de trezentos mil alunos constituiriam toda a massa de que dispõe por ano a nação para acrescer ao grupo ativo em suas ocupações primárias de vida organizada.

No nível secundário, depois do filtro de um exame de admissão, que atinge algumas vezes caráter competitivo, chegam cerca de 50 por cento daqueles alunos que terminam a última série do ensino primário, aí compreendidos os alunos que já incluímos entre os graduados da quinta série. Além disto, como não se exige certificado de conclusão da escola primária para matrícula no segundo nível, mas exame de admissão pelo qual se comprove «satisfatória educação primária», o número de matriculados na primeira série do nível médio pode sempre incluir alunos que não estão contados entre os que se graduam no ensino primário.

O ensino de segundo nível, originariamente, compreendia escolas preparatórias ao ensino superior e escolas de feitiço declaradamente vocacional, para atividades de regência de ensino primário, de artes e ofícios, de comércio e de agricultura. Tais escolas, mantidas separadas do sistema de ensino secundário, não conduziam à Universidade.

A partir de 30, entretanto, o ensino de tipo preparatório' expandiu-se enormemente e perdeu seus altos padrões de seleção social.

Dêste modo, veio a chamada *escola secundária* a aproximar-se das demais escolas vocacionais, se não pelo seu programa, que se conservou formalmente intelectualista, pela perda de seus padrões e pela composição social mais ampla de sua clientela. Com isto, veio a surgir o movimento pela equivalência dos diferentes ramos do ensino de nível médio, passando todos eles a constituir variedades de um mesmo ensino diversificado de nível médio, com objetivos próprios, mas, secundariamente, todo êle de preparação para o ensino superior, pois passaram a ser elegíveis para a universidade todos os seus graduados. A Lei de Diretrizes e Bases consagrou essa mudança e podemos hoje considerar o ensino médio como um todo, significando a variedade dos seus cursos, diversificação para melhor se adaptar à relativa heterogeneidade de sua presente composição social.

Consiste essa escola brasileira de segundo nível em dois ciclos de estudos, o primeiro de quatro séries e o segundo, de três séries. No curso de programa acadêmico, prevalece a designação de ginásio para o primeiro ciclo e de colégio para o segundo. Como o primeiro ciclo pode existir separado, embora os estabelecimentos

que tenham o segundo ciclo devam ter também o primeiro, não se pode considerar a escola inteiramente contínua. São de fato duas escolas, com distribuição geográfica diversa.

Dos mais de três mil municípios em que se divide o país, cerca de 1.400 não possuem ginásio nem conseqüentemente colégio, 1.500 possuem ginásios e apenas cerca de 800 possuem colégios ou segundo ciclo.

A matrícula dos ginásios nos anos de 50 a 60 foi a seguinte:

	1950	1960
1ª série	126.639	273.908
2ª série	89.560	209.305
3ª série	69.412	156.331
4ª série	52.448	115.064

e a dos colégios:

	1950	1960
1ª série	31.586	54.387
2ª série	20.630	33.504
3ª série	16.645	25.679

Se aos cursos de programa acadêmico juntarmos os de programas declaradamente vocacionais, temos:

ENSINO DE NÍVEL MÉDIO DE TODOS OS RAMOS

RAMO E GRÁU DE ENSINO	MATRÍCULA		TERMINAÇÃO DE CURSO	
	1950	1960	1950	1960
1.º Ciclo:				
Ginásial.....	338.059	754.608	43.763	98.344
Comercial básico.....	40.991	104.676	7.199	11.839
Agrícola.....	2.099	5.062	613	1.461
Normal.....	8.205	25.964	1.401	3.791
Industrial.....	19.436	19.973	2.825	2.610
TOTAL.....	408.790	910.283	55.801	118.045
2.º Ciclo:				
Colegial.....	68.861	113.570	14.285	23.025
Técnico-Comercial.....	35.464	81.258	9.258	17.667
Técnico-Agrícola.....	664	1.601	270	439
Pedagógico-Normal.....	25.231	64.763	8.713	18.940
Técnico-Industrial.....	3.239	5.952	690	1.028
TOTAL.....	133.459	267.144	33.216	61.112

Para que se perceba a insuficiência dos nossos quadros atuais de ensino médio, que valem, seja como período terminal de estudos, seja como período de preparação a estudos em nível superior, considerem-se os seguintes dados em relação a 1961:

ESCOLARIZAÇÃO EM NÍVEL MÉDIO DA POPULAÇÃO DE 12 A 18 ANOS

R E G I Õ E S	PORCENTAGENS
Norte-Oeste.....	7
Nordeste.....	7,3
Sul.....	16,9
BRASIL.....	12,9

Analisando o quadro acima à base das matrículas nas primeiras e segundas séries do I ciclo, nas terceiras e quartas séries do I ciclo e no II ciclo, correlacionadas com as idades correspondentes de matrículas, teríamos os seguintes dados:

ESCOLARIZAÇÃO EM NÍVEL MÉDIO

R E G I Õ E S	1. ^{sa} e 2. ^{sa} SÉRIES	3. ^{sa} e 4. ^{sa} SÉRIES
	POPULAÇÃO DE 12 A 13 ANOS	POPULAÇÃO DE 14 A 15 ANOS
Norte-Oeste.....	10,6 por cento	9,5 por cento
Nordeste.....	10,5 por cento	7,4 por cento
Sul.....	24,4 por cento	20,4 por cento
BRASIL.....	18,7 por cento	15,3 por cento

II — Ciclo

R E G I Õ E S	POPULAÇÃO DE 16 A 18 ANOS MATRÍCULA INICIAL TOTAL
Norte-Oeste.....	3,2 por cento
Nordeste.....	4,2 por cento
Sul.....	9,1 por cento
BRASIL.....	7,0 por cento

I — Ciclo

Procurando como ponto de referência a proporção entre a nossa matrícula atual na escola média e a distribuição da população econô-

micamente ativa do Brasil entre atividades primárias, secundárias e terciárias, veremos que 39 por cento dessa população se concentra em atividades secundárias e terciárias.

Aplicado esse índice à escolarização em nível médio, veremos que estamos longe de ter matrícula necessária em alunos na escola média.

Outro elemento que dá idéia nítida da insuficiência de nossos quadros atuais de escolarização em nível médio é o seu cotejo com os índices de escolarização nesse nível em outros países latinoamericanos, como sejam a Argentina e o Uruguai, que já atingem a 33 por cento. Costa Rica e Panamá, que já alcançam respectivamente 28 e 30 por cento, Chile 25 por cento, Venezuela 23 por cento.

MAGISTÉRIO

O magistério primário distribui-se em três grupos, compreendendo as normalistas, diplomadas no segundo ciclo do nível médio, os regentes, diplomados no primeiro ciclo de nível médio e os chamados «leigos», sem formação regular, na sua maioria provindos da escola primária.

O crescimento do corpo de professores entre 1950 e 1960 foi o seguinte:

	1950	1960
Normalistas	71.063	113.747
Leigos	66.463	97.854

O magistério secundário também se distribui em três grupos, os diplomados por escola de filosofia, ciências e letras, os diplomados por qualquer escola superior e os diplomados por escolas de nível médio. Os dois últimos grupos não recebem formação alguma de natureza profissional.

Num Estado brasileiro, que pode ser um Estado médio em matéria de desenvolvimento, qual seja o do Rio de Janeiro, numa amostra de 1.400 professores de ensino médio, em 1955, encontravam-se em exercício 9 por cento de diplomados em Faculdades de Filosofia, 41 por cento de diplomados em nível superior e 50 por cento de diplomados em nível médio, especialmente normalistas.

(«O Sistema Educacional Fluminense», Jayme Abreu — 1955) . Estimativas recentes sobre a composição profissional do magistério secundário do país não atribuem ainda 20 por cento à presença nele dos diplomados por Faculdade de Filosofia.

O magistério superior compreende diplomados pelas escolas superiores. Entre 1950 e 1960, foi o seguinte seu crescimento:

	1950	1960
Magistério superior de toda ordem, desde instrutores a catedráticos	9.665	21.064

A relação entre professor e aluno é a Je 1 professor primário para 30 alunos, um professor do segundo nível para 16 alunos e um professor superior para 4 alunos.

Em resumo, o nosso retardamento em atender ao mínimo de necessidades escolares brasileiras pode ser assim caracterizado:

1") No ensino primário apenas educamos com quatro séries de ensino primário 30 por cento dos alunos de 12 a 13 anos, ou sejam, 600.000 escolares, dos quais somente 300.000 continuam os estudos e 300.000 podem se integrar na massa dos trabalhadores, não qualificados. Deveríamos escolarizar até a quarta série primária pelo menos dois milhões de alunos.

2") No ensino médio, primeiro ciclo, educamos, por ano, apenas cerca de 120 mil adolescentes, correspondendo a 8 por cento do grupo de 15 anos; e no segundo ciclo, 60 mil adolescentes, correspondendo a 4 por cento do grupo de 18 anos. Deveríamos ter como concluintes do primeiro 720 mil alunos, e do segundo ciclo 300 mil alunos.

3º) No ensino superior, temos cerca de 100 mil alunos matriculados e diplomados em 1960, aproximadamente, 17 mil, ou seja, pouco mais de 0.2 por mil habitantes. A proporção de matrícula no ensino superior para que o Brasil ocupasse lugar equivalente ao da Argentina e do Uruguai seria de 9 por cento da população de 20 a 25 anos, ou sejam, seis milhões de jovens, o que significaria uma matrícula de 540.000 alunos, o que corresponderia a quintuplicar os efetivos atuais.

DIRETRIZES GERAIS DO PROGRAMA

EDUCAÇÃO

Em face da realidade apresentada, o programa que adiante se propõe de expansão e aperfeiçoamento dos serviços escolares brasileiros é, apesar de possíveis aparências em contrário, o mais modesto que se poderia organizar, em face do grave retardamento em que nos achamos com relação ao desenvolvimento dos recursos humanos da sociedade brasileira.

A muito custo chegamos, afinal, à compreensão de que a escola não é apenas o feliz coroamento ornamental de uma sociedade, mas a sua instituição básica, a mantenedora da sua cultura e a promotora de sua dinâmica de desenvolvimento.

Se a respectiva cultura entrar em fase de transformação, em virtude de mudança de estrutura e de condições de trabalho da sociedade, como é o caso do Brasil, a contingência de transformar, a escola e expandi-la para atender às novas necessidades da sociedade em mudança faz-se verdadeiramente a própria condição de sua sobrevivência.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ora em fase inicial de aplicação, tornou-se possível a coordenação dos esforços federais, estaduais e municipais, nos termos do plano nacional de educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação, homologada pelo Ministro da Educação e aprovado pelo Conselho de Ministros.

O programa delineado apresenta a indicação das linhas pelas quais a União irá colaborar com os Estados e os Municípios no grande esforço comum para atingir certos objetivos mínimos, dentro dos próximos três anos. Esse esforço deverá ser continuado nos

cinco anos seguintes, para a conquista das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

Se o.; recursos previstos para o programa se tornarem disponíveis, deveremos chegar, em 1965, à condição de oferecer seis anos de educação primária a todos os brasileiros de zona urbana, na faixa de educação compulsória. Na zona rural, deveremos chegar à escolaridade média de quatro anos.

Em relação à educação média, deveremos oferecer oportunidade de educação ginásial a 40 por cento da população da faixa etária de 12 a 15 anos e oportunidades de educação colegial a 20 por cento da faixa de 16 a 18 anos.

Em números absolutos, significará isto 12 milhões de alunos na escola primária, três milhões nos ginásios e seiscentos mil nos colégios.

O programa de construções deverá, portanto, ser relativamente vasto e não poderá ser levado a bom termo sem os recursos adicionais solicitados. Espera-se poder atender, em todo o país, a cerca de 30 por cento das necessidades globais de construção de prédios escolares. Também amplo será o programa de recuperação e aperfeiçoamento do magistério. Com a criação dos Centros de Treinamento do Magistério, a serem mantidos pela União, procura-se institucionalizar o esforço pelo aperfeiçoamento do magistério primário e médio e criar, definitivamente, a figura do professor supervisor. Cada um destes supervisores terá a seu cargo trabalho escolar até o máximo de dez classes primárias, cujos mestres serão por êle assistidos e treinados. Dêste modo, espera-se aperfeiçoar, em 1963, 5.000 professôres, inclusive leigos, em 1964, cerca de 20.000 professôres e em 1965, cerca de 50.000 professôres.

A partir de 1963, com a convocação da classe de 7 anos para a escola, proceder-se-á à regularização da matrícula por idade, mediante a promoção flexível e as classes de recuperação para as crianças de idade superior.

Serão criadas classes para adolescentes e adultos analfabetos de 14 a 18 anos em 1963, 1964 e 1965, destinadas a erradicar o

analfabetismo até fins de 1965 para as classes de 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 anos.

Com relação à assistência técnica federal a ser exercida por intermédio dos centros de treinamento do magistério, deverão achar-se em funcionamento, até 1965, os centros de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Ceará, Alagoas, Maranhão, Pará, Paraíba e Brasília.

No ensino superior, o programa delineia os objetivos para a indispensável ampliação da matrícula, a instituição progressiva do tempo integral e a diversidade e flexibilidade dos cursos para a plena utilização dos recursos e aparelhamento das escolas.

Os meios de ação para levar avante o programa hão de centralizar-se na reforma do Ministério da Educação e Cultura, a fim de poder ele por-se à altura de suas funções de órgão de planejamento e execução da nova política educacional brasileira.

CIÊNCIA

O Ministério da Educação e Cultura tem o dever de influir de modo decisivo, prioritário e imediato, através de suas Universidades, Escolas Superiores e Institutos de Ensino Técnico, no desenvolvimento científico e no ensino de ciências.

O aumento considerável do número de cientistas e técnicos qualificados constitui, sem a menor dúvida, a necessidade primordial das disciplinas de ciências básicas nas Escolas Superiores e nos diferentes estabelecimentos de pesquisas fundamental e aplicada.

Para que a atuação do Ministério da Educação e Cultura se faça sentir de maneira objetiva e com a intensidade desejável no sentido de sanar os inconvenientes responsáveis pela deficiência em pessoal científico e técnico, impõe-se a criação de um programa especial de incentivo ao desenvolvimento científico, que deverá ficar, até a reforma do MEC, a cargo da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior.

A renovação e ampliação dos quadros docentes nas Escolas Superiores somente poderá ser conseguida com o concurso de pesquisadores existentes nos mais destacados centros de pesquisas do País.

A instituição do regime de trabalho em dedicação exclusiva é medida urgente e indispensável para que se obtenha corpo docente capaz de cumprir a missão que dele se espera.

Não deve o regime de dedicação exclusiva ser aplicado de modo a atingir todo o corpo docente. Sua concessão deverá ser sugerida após exame de cada um dos candidatos, por uma comissão constituída por elementos do Ministério da Educação e Cultura, representantes da Academia Brasileira de Ciências, da Sociedade Brasileira para o Progresso das Ciências, do Conselho Nacional de Pesquisas e da Universidade a que o candidato pertencer.

O Ministério deverá cobrir temporariamente a despesa com a aplicação do regime de dedicação exclusiva e providenciar para que as diferentes unidades de ensino as atenda por orçamento próprio no exercício subsequente.

Atenção especial deverá ser dada aos Cursos de Pós-Graduação, reconhecendo-os, normalizando-os, estabelecendo seus currículos e exigências para seus docentes, bem como amparando-os com créditos para equipamento básico, contrato de professores nacionais ou estrangeiros e bolsas para estudantes.

Seguindo a trajetória de todos os países que conseguiram com sucesso o desenvolvimento científico e tecnológico, deverá o Ministério abrir recursos adicionais com a finalidade de promover o estágio de destacados pesquisadores e professores diplomados, em laboratórios estrangeiros, desde que esgotados os recursos de aprendizagem no Brasil.

Medida complementar e igualmente importante é a instituição de Escolas de Férias destinadas a ampliar e atualizar os conhecimentos do corpo docente de Escolas distantes dos centros científicos do País.

Com a finalidade de despertar vocações para o trabalho científico, devem ser amparados e instituídos Clubes de Ciências, desti-

nados a divulgação científica no Ensino Médio, bem como utilizado o Cinema Educativo e estimulada a publicação de monografias de divulgação.

A edição de livros de textos nacionais deve merecer tratamento preferencial. É medida mais importante do que a simples tradução de obras estrangeiras que devem ser lidas nas línguas originais.

A concessão de auxílios para que destacados pesquisadores ou professores possam dedicar parte de seu tempo ao preparo de originais, parece o caminho mais acertado para se conseguir esta finalidade.

Os periódicos técnico científicos devem ser ajudados financeiramente para que sobrevivam às enormes dificuldades por que estão atravessando. Seria mesmo aconselhável estimular a edição de novos periódicos em campos onde a produção científica brasileira fôr substancial.

Auxílios às mais importantes bibliotecas dos centros universitários do País, e aos Centros de Formação de Pesquisadores é providência que tenderá a revigorar o esforço a ser feito com as medidas antes sugeridas.

OBJETIVOS DO PLANO

ENSINO PRIMÁRIO

a) Construção de Escolas Integradas na proporção de uma unidade para cada grupo de 200 crianças não escolarizadas ou escolarizadas em condições de extrema deficiência;

CONSTRUÇÃO

A N O	PRÉDIOS	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	501	2.505.000
1964.....	1.000	5.000.000
1965.....	1.500	7.500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	3.001	15.005.000

EQUIPAMENTO

A N O	SALAS	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	2.004	601.200
1964.....	4.000	1.200.000
1965.....	6.000	1.800.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	12.004	3.601.200

b) Construção de Grupos Escolares na proporção de uma unidade para cada grupo de 400 a 900 crianças não escolarizadas ou escolarizadas em condições de extrema deficiência;

CONSTRUÇÃO

A N O	PRÉDIOS	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	351	5.265.000
1964.....	1.383	20.745.000
1965.....	1.737	26.055.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	3.471	52.065.000

EQUIPAMENTO

A N O	SALAS	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	2.806	841.800
1964.....	11.728	3.518.400
1965.....	13.896	4.168.800
TOTAL NO TRIÊNIO.....	28.430	8.529.000

c) Implantação de centros educacionais constituídos de escolas-classe e escolas-parque para educação integral de oito horas por dia;

CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO (1)

A N O	UNIDADE	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	5	500.000
1964.....	5	500.000
1965.....	15	1.500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	25	2.500.000

(1) Era cooperação com Estados e Municípios.

d) Programa de assistência às redes estaduais de educação, com os objetivos de:

1º) melhorar o rendimento das quatro primeiras séries mediante a regularização da matrícula por idade, adoção da promoção flexível e o provimento de material escolar.

CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	1.181.700
1964.....	3.749.580
1965.....	5.009.805
TOTAL NO TRIÊNIO.....	9.941.085

REEQUIPAMENTO

A N O	SALAS	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	6.136	920.400
1964.....	18.533	2.780.760
1965.....	27.005	4.060.760
TOTAL NO TRIÊNIO.....	51.674	7.751.910

ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	678.900
1964.....	1.480.059
1965.....	2.110.311
TOTAL NO TRIÊNIO.....	4.269.270

MANUTENÇÃO

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	2.100.000
1964.....	9.201.760
1965.....	18.530.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	29.831.760

MATERIAL DIDÁTICO GERAL E DE CONSUMO

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	569.650
1964.....	542.281
1965.....	356.589
TOTAL NO TRIÊNIO.....	1.468.520

2º) Implantação da 5ª e 6ª séries primárias nos melhores grupos escolares do país, sendo a 6ª série equivalente à primeira série ginásial nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

EXTENSÃO DA ESCOLARIDADE

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	700.000
1964.....	1.050.000
1965.....	1.750.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	3.500.000

3º) Programa de aperfeiçoamento de professores nos institutos de Educação para 5ª e 6ª séries complementares.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	700.000
1964.....	470.000
1965.....	—
TOTAL NO TRIÊNIO	1.170.000

e) Expansão da matrícula de escolas estaduais e municipais para atender a mais de 1 milhão e 700 mil crianças de 7 a 14 anos, ainda que em condições de emergência.

EXPANSÃO DE EMERGÊNCIA

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	1.500.000
1964.....	1.500.000
1965.....	500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	3.500.000

f) Cursos noturnos de alfabetização para as classes que completarão, de 1963 a 1965, os 14 e os 18 anos de idade, avaliadas em 1.150.000 anualmente.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	3.450.000
1964.....	6.900.000
1965.....	6.900.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	17.250.000

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

a) Implantação da rede nacional de Centros de Treinamento do Magistério, destinados a formar professores-supervisores e especialistas em educação elementar.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)	
	CONSTRUÇÃO	MANUTENÇÃO
1963.....	800.000	640.000
1964.....	3.200.000	1.100.000
1965.....	2.400.000	1.700.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	6.400.000	3.440.000

b) Realização de um Programa de Aperfeiçoamento do Magistério por meio de professores-supervisores e de cursos de emergência.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	400.000
1964.....	1.280.000
1965.....	3.840.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	5.520.000

c) Programa de aperfeiçoamento de professores para a 5ª e 6ª séries complementares nos Institutos de Educação. (Despesas a serem realizadas com os recursos atribuídos aos Estados) .

d) Programa de formação dos professores das escolas integradas (Despesas já computadas no item a).

— Despesas de qualquer natureza para planejamento, pesquisas, seminários, material escolar, etc, relacionados com o programa geral de formação e aperfeiçoamento do magistério.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)	
	PLANEJAMENTO	MATERIAL ESCOLAR
1963.....	526.900	300.000
1964.....	144.600	120.000
1965.....	233.400	160.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	904.900	580.000

ENSINO MÉDIO

a) Recuperação da rede nacional de Escolas Técnicas para adaptá-las a ministrar:

1º) cursos técnicos de nível colegial para jovens que se formarem em ginásios da região;

2º) cursos especiais vespertinos e noturnos de capacitação profissional para o pessoal qualificado das indústrias;

3º) cursos tecnológicos' de formação profissional altamente qualificada para jovens graduados em nível colegial;

4º) cursos especiais de formação profissional para jovens que frequentam cursos ginasiais.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)		
	CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO	MANUTENÇÃO
1963.....	464.000	80.000	2.080.155
1964.....	680.000	300.000	3.289.500
1965.....	220.000	450.000	4.557.500
TOTAL NO TRIÊNIO.....	1.364.000	830.000	9.927.155

b) Recuperação da rede nacional de Escolas Agrícolas para atender aos seguintes objetivos:

1º) expansão imediata das matrículas, mediante criação de serviços de bolsas para internato;

2º) ministrar cursos intensivos para preparo de pessoal técnico para a agricultura.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	1.870.000
1964.....	1.870.000
1965.....	1.870.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	5.610.000

c) Manutenção da rede federal de ensino secundário e emendativo:

1º) ensino secundário.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	1.487.861
1964.....	1.800.000
1965.....	1.800.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	5.087.861

2º) ensino emendativo (Cegos e Surdos)

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	578.100
1964.....	750.000
1965.....	750.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	2.078.000

d) Implantação da rede nacional de Ginásios Modernos que ministrarão cursos de 2ª, 3ª e 4ª séries do 1º ciclo, do nível médio, orientados para educação para o trabalho, por intermédio de cursos comuns com opção para prática de comércio, indústria e agricultura, adaptado às condições locais — na proporção de uma unidade para cada grupo de 100 crianças que venham a concluir a 6ª série do curso complementar.

1º) Construção e equipamento.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)	
	CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO
1963.....	2.700.000	840.000
1964.....	7.500.000	1.500.000
1965.....	7.500.000	1.500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	17.700.000	3.840.000

2º) Manutenção e material escolar.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)	
	MANUTENÇÃO	MATERIAL ESCOLAR
1963.....	1.800.000	360.000
1964.....	3.998.335	900.000
1965.....	5.420.000	1.640.750
TOTAL NO TRIÊNIO.....	11.218.335	2.900.750

e) Implantação da rede nacional de Colégios que ministrarão cursos secundários e técnicos, na proporção de uma unidade

para cada grupo de 100 alunos que venham a concluir a 4ª série do curso do ginásio.

1º) Construção e equipamento.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)	
	CONSTRUÇÃO	EQUIPAMENTO
1963.....	—	—
1964.....	3.000.000	700.000
1965.....	8.500.000	2.500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	11.500.000	3.200.000

2º) Manutenção — Já computada na letra b do item (d) . 3º)

Material escolar — Idem.

f) Programa nacional de educação intensiva de nível médio, para a recuperação de jovens de mais de 16 e de menos de 19 anos, mediante cursos preparatórios para exames de madureza de 1º e 2º ciclo, a serem ministrados nas escolas de nível médio e, também, pela utilização de recursos audio-visuais.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	300.000
1964.....	400.000
1965.....	500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	1.200.000

ENSINO SUPERIOR

a) Implantação do programa nacional de formação de tecnólogos destinado a assistir às escolas de engenharia do país, nos seus esforços para:

1º) ampliar as oportunidades de educação técnica de nível superior e diversificar os tipos de cursos de modo a formar todas as modalidades profissionais requeridas pelo mercado de trabalho.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	1.000.000
1964.....	2.000.000
1965.....	3.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	6.000.000

2º) formar, em cursos de três anos, em regime de tempo integral, técnicos em engenharia com as especializações requeridas para as atividades de manutenção, produção e direção na indústria.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	300.000
1964.....	800.000
1965.....	1.500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	2.600.000

3º) Instituição de cursos pós-graduados de especializações tecnológicas e aperfeiçoamento de pessoal docente das escolas de engenharia.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	500.000
1964.....	1.000.000
1965.....	1.500.000
TOTAL NO TRIÊNIO	3.000.000

b) Implantação do programa nacional de ensino médico, com o objetivo de possibilitar a ampliação das matrículas e a elevação do nível de ensino médico no país, mediante:

1º) duplicação das matrículas do primeiro ano nas Escolas de Medicina por meio de cursos paralelos, com aproveitamento dos livre-docentes e adoção do regime de tempo integral.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	500.000
1964.....	1.000.000
1965.....	2.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	3.500.000

2º) diversificação e enriquecimento dos programas de cursos das escolas de medicina a fim de formar pessoal técnico, científico e profissional para as diversas modalidades requeridas pelo desenvolvimento da medicina.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	500.000
1964.....	800.000
1965.....	1.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	2.300.000

3º) instituição de programas de cursos *pós-graduados* nos principais centros de especialização médica do país, destinados à formação de especialistas e aperfeiçoamento de pessoal docente das escolas de medicina.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	500.000
1964.....	1.000.000
1965.....	1.500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	3.000.000

c) Programa nacional de assistência às Faculdades de Filosofia, com o objetivo de:

1º) mobilizar os seus recursos de pessoal e equipamento para aperfeiçoamento do magistério de nível médio.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	200.000
1964.....	500.000
1965.....	1.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	1.700.000

2º) instituir programa especial de preparação de professores de 1º ciclo, dentro de novo currículo de matérias fundamentais estabelecido pelo Conselho Federal de Educação.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	200.000
1964.....	500.000
1965.....	1.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	1.700.000

3º) instituir um programa especial de aperfeiçoamento de professores do 2º ciclo, já em exercício, tendo em vista os novos currículos e objetivos dos cursos colegiais.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	200.000
1964.....	500.000
1965.....	1.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	1.700.000

4º) aperfeiçoamento em nível de pós-graduação no país e no estrangeiro, nos campos da educação, ciências, letras e artes especialmente para o magistério das Faculdades de Filosofia.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	1.000.000
1964.....	1.500.000
1965.....	2.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	4.500.000

5º) instituir cursos especiais de formação de língua vernácula e cultura brasileira.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	50.000
1964.....	50.000
1965.....	50.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	150.000

d) Revisão dos programas de implantação dos conjuntos universitários e custeio da conclusão da 1ª etapa das obras e respectivo equipamento para imediata utilização.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)	
	OBRAS	EQUIPAMENTO
1963.....	4.000.000	1.000.000
1964.....	5.000.000	3.000.000
1965.....	6.000.000	4.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	15.000.000	8.000.000

e) Elaboração e produção de material didático em língua portuguesa e equipamento de ensino e de pesquisa para o ensino superior.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)	
	PUBLICAÇÕES	EQUIPAMENTO
1963.....	300.000	500.000
1964.....	500.000	1.000.000
1965.....	800.000	1.500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	1.600.000	3.000.000

CIÊNCIA

Pesquisa científica e tecnológica.

Programa nacional de desenvolvimento científico a ser realizado através da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (*)

a) Custeio da aplicação do regime de dedicação exclusiva a pesquisadores devotados integralmente à atividade científica e ao ensino.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	200.000
1964.....	500.000
1965.....	500.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	1.000.000

(*) A suplementação para dedicação exclusiva será atendida pelo MEC em caráter temporário, cabendo sua manutenção ao estabelecimento em que o pesquisador estiver.

b) Bolsas de estudo em níveis pós-graduados no país e no estrangeiro e estágios em laboratórios no estrangeiro, para 500 especialistas durante o triênio.

A N O	BOLSAS	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	100	500.000
1964.....	200	1.000.000
1965.....	200	1.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	500	2.500.000

c) Contrato de pessoal docente no estrangeiro para o ensino científico e tecnológico.

A N O	PROFESSORES	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	50	500.000
1964.....	100	1.000.000
1965.....	100	1.000.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	250	2.500.000

d) Cursos de férias para pessoal docente de nível superior nos principais centros de pesquisa do país.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	50.000
1964.....	100.000
1965.....	100.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	250.000

e) Auxílio aos periódicos técnico-científicos.

A N O	INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)
1963.....	30.000
1964.....	40.000
1965.....	50.000
TOTAL NO TRIÊNIO.....	120.000

OBSERVAÇÃO Outras atividades de incentivo à pesquisa, científica, exercidas pelo Ministério, estão no capítulo referente ao Ensino Superior.

FINANCIAMENTO DO PLANO

1º) O Plano será financiado com recursos orçamentários calculados em parcelas percentuais vinculadas da Receita Tributária Federal, acrescidos dos recursos a serem obtidos por intermédio de financiamentos nacionais ou estrangeiros.

Considera-se, para efeito de projeção da receita, que a arrecadação tributária federal será de 12 por cento do Produto Interno. Bruto no triênio abrangido pelo Plano.

RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL

(A PREÇO DE 1962)

A N O	PIB (1)	RECEITA TRIBUTÁRIA FEDERAL (2)
1963.....	5.949	673
1964.....	6.366	764
1965.....	6.811	817

(1) PIB — Estimativa - Incremento anual de 7%.

(2) Estimativa para o Exercício de 1963, incluído o acréscimo decorrente da Reforma Tributária

2º) A Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) em seu art. 92, estabelece que «A União aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, 12. por cento (doze por cento), no mínimo, de sua receita de impostos».

Os recursos disponíveis para o Plano Nacional de Educação no exercício de 1963, em virtude de sua avaliação em termos percentuais de estimativa inicial da Receita para 1963 (Cr\$ 565 bilhões), permaneceram muito abaixo do nível mínimo determinado em Lei. Por outro lado, torna-se indispensável a ação maciça e imediata dos poderes públicos no sentido da elevação da matrícula, nos diferentes níveis do ensino, aos limites mínimos para evitar o crescimento da população analfabeta e, gradativamente, matricular a população em idade escolar até atingir, em 1970, o nível aproximado de 100 por cento para o ensino primário.

3º) Em vista do exposto, considerou-se conveniente a elevação da percentagem de que trata o Art. 92 da Lei 4.024 aos níveis de 15 e 20 por cento, em 1964 e 1965, respectivamente.

FINANCIAMENTO CCM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO

Unidade: Cr\$ 1.000

NATUREZA DO GASTO	%	1963	1964	1965
1. Manutenção, expansão e melhoria do ensino				
a) Diversos (Recursos a serem aplicados por intermédio dos Estados, mediante convênio)...	61,5	9.698.550	21.143.700	30.147.300
b) Fundo de amortização do serviço de empréstimo para construção.....	7,5	1.182.750	2.578.500	3.676.500
c) Material escolar	6,0	946.200	2.062.800	2.941.200
2. Recursos a educandos (Bolsas)....	3,0	473.100	1.031.400	1.470.600
3. Assistência Técnica, Aperfeiçoamento de Professores, etc.....	17,0	2.666.900	5.844.600	8.333.400
4. Auxílio à rede de ensino primário do Distrito Federal (mediante convênio).....	5,0	788.500	1.719.000	2.451.000
TOTAL.....	100	15.756.000	34.380.000	49.020.000

a) As percentagens não são válidas para o ano de 1963, senão como valores aproximados, em virtude do Orçamento Federal não ter mantido as previstas no Plano de Aplicação do Conselho Federal.

QUADRO 1

FINANCIAMENTO COM RECURSOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS
FUNDO ROTATIVO CO SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO

Unidade: Cr\$ 1.000

NATUREZA DO GASTO	1963	1964	1965	TOTAL
a) Terreno, construção e reconstrução — 70 por cento.....	8.271.900	26.247.060	35.068.635	69.587.595
b) Equipamento.....	2.363.400	7.499.160	10.019.610	19.882.170
c) Conservação — 10 por cento.....	1.181.700	3.749.880	5.009.805	9.941.085
SOMA.....	11.817.000	37.495.800	50.098.050	99.410.850

QUADRO 2

FINANCIAMENTO COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
FUNDO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

(PREÇOS DE 1962)

NATUREZA DO GASTO	1963	1964	1965
1. Manutenção da Rede Federal de Ensino Médio.....	6.560.116	8.689.500	9.647.500
Subtotal.....	6.560.116	8.689.500	9.647.500
2. Manutenção, expansão e melhoria do ensino mediante convênio			
a) Diversos (Recursos).....	6.000.000	17.998.555	27.560.750
3. Manutenção e expansão da Rede de Ensino Médio do Distrito Federal, mediante convênio.....	400.000	1.504.775	1.993.625
4. Bolsas.....	2.400.000	3.987.000	6.000.000
5. Despesas de toda e qualquer natureza para treinamento e aperfeiçoamento do magistério etc., inclusive material escolar.....	1.200.000	2.400.390	3.818.125
Subtotal.....	10.000.000	25.690.500	39.372.500
SOMA.....	16.560.116	34.380.000	49.020.000

QUADRO 3

FINANCIAMENTO COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO

APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO MAGISTÉRIO

(A preços de 1962)

OBJETIVO	QUANTIDADE			TOTAL	INVESTIMENTO C\$ 1.000			TOTAL
	1963	1964	1965		1963	1964	1965	
2.21 - Centros de Treinamento do Magistério	4	8	6	18	800.000	3.200.000	2.400.000	6.400.000
Construção.....								
Formação de Professores Supervisores nos Centros de Treinamento.....	1.600	5.200	4.800	9.600	640.000	1.100.000	1.700.000	3.440.000
2.22 - Aperfeiçoamento de Professores por meio de Professores Supervisores.....	(1) 5.000	16.000	(2) 48.000	69.000	400.000	1.280.000	5.840.000	5.520.000
2.23 - Aperfeiçoamento de Professores para a 5ª e 6ª Séries Complementares nos Institutos de Educação (3).....	-	-	-	-	-	-	-	-
2.24 - Formação de Professores para as Escolas Integradas (4)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de qualquer natureza para planejamento, pesquisas, seminário, etc.....	-	-	-	-	526.900	144.600	233.400	904.900
Material escolar.....	-	-	-	-	300.000	120.000	160.000	580.000
TOTAL.....	-	-	-	-	2.666.900	5.844.600	8.533.400	16.844.900

- (1) Por meio de professores-supervisores disponíveis.
- (2) Em 1966 os 9.600 supervisores então formados aperfeiçoarão mais 96.000 professores.
- (3) Despesas à conta dos Estados
- (4) Despesa já computada no (3).

QUADRO 4
FUNDO NACIONAL DO ENSINO PRIMÁRIO Programa de
Assistência às Redes Estaduais de Educação
(A preços de 1962)

OBJETIVO	INVESTIMENTO (Cz\$ 1.000)				MATRÍCULAS ADICIONAIS			
	1963	1964	1965	TOTAL	1963	1964	1965	TOTAL
Assistência às Redes Estaduais e Municipais para manutenção, expansão e melhoria do ensino								
1. Melhoria do rendimento das 4 primeiras séries primárias								
a) Administração e supervisão.....	678.900	1.490.059	2.110.311	4.269.270				
b) Aparentamento adequado da rede escolar em material didático geral e material de consumo.....	569.650	542.281	356.589	1.468.520				
2. Implantação de 5.ª e 6.ª séries complementares								
a) Extensão da escolaridade às 5.ª e 6.ª séries de 20 por cento da população no fim do período.....	700.000	1.050.000	1.750.000	3.500.000		90.000	160.000	310.000
b) Programa de aperfeiçoamento de professores nos Institutos de Educação para 5.ª e 6.ª séries complementares.....	700.000	470.000	(1)	1.170.000				
3. Expansão da matrícula de crianças de 7 a 14 anos								
a) regular.....	2.100.000	9.201.560	18.530.400	29.831.960		1.014.480	1.332.720	2.347.200
b) de emergência.....	1.500.000	1.500.000	500.000	3.500.000		750.000	250.000	1.000.000
4. Criação de classes noturnas de alfabetização para jovens de 14 a 18 anos.....	3.450.000	6.900.000	6.900.000	17.250.000		2.300.000	2.300.000	4.600.000
TOTAL.....	9.698.650	21.143.700	30.147.300	60.989.650				
								8.174.00

(1) A partir de 1965 os professores serão treinados nos Centros Federais de Treinamento.
(2) 3.450.000) matrículas em virtude de cada aluno ter de frequentar o Curso durante 11 anos (um semestre por ano).

FINANCIAMENTO COM RECURSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS
FUNDO ROTATIVO DO SERVIÇO DE EMPRÉSTIMOS
 Construção, equipamento e conservação escolares (A preço de 1962)

NATUREZA DO INVESTIMENTO	INVESTIMENTO (1.000)					TOTAL Cr\$ 1.000	MATRÍCULA ADICIONAL			TOTAL Cr\$ 1.000	
	PRÉDIOS Cr\$ 1.000	PRÉDIOS Cr\$ 1.000	PRÉDIOS Cr\$ 1.000	PRÉDIOS Cr\$ 1.000	PRÉDIOS Cr\$ 1.000		1963	1964	1965		
Objetivos: Construção de escolas in- termediárias a custo médio de Cr\$ 5.000.000 a múltiplo	501	2.805.000	1.000	5.000.000	1.500	7.500.000	15.005.000	120.240	240.000	300.000	720.240
Construção de grupos es- colares a custo médio de Cr\$ 15.000.000 ..	351	5.365.000	1.353	20.745.000	1.257	20.655.000	52.065.000	156.560	774.180	972.720	1.913.760
Construção de Escolas- -Jardim em cooperação com os Estados e mu- nicípios a Cr\$ 100.000.000	5	500.000		500.000	15	1.500.000	2.500.000	Inclusão de 10.000 alunos em tempo inte- gral	Inclusão de mais 10.000 em tem- po inte- gral	Inclusão de mais 30.000 alunos em tempo inte- gral	Inclusão total de 50.000 alunos em tempo inte- gral

(continuação)

QUADRO 5

NATUREZA DO INVESTIMENTO	INVESTIMENTO (l. 000)					TOTAL Cr\$ 1.000	MATRICULA ADICIONAL			TOTAL Cr\$ 1.000
	Cr\$ 1.000		Cr\$ 1.000		Cr\$ 1.000		1963	1964	1965	
	prédios	prédios	prédios	prédios						
B: Equipamento para prédios programados a Cr\$ 300 000 cada sala incluindo quota para administração, serviços, etc.	4.810 salas	18.728 salas	4.718.400	19.396 salas	12.120.200	—	—	—	—	
Equipamento de escolas insuficientemente instaladas a Cr\$ 150 000 cada	6.126 salas	18.538 salas	2.740.760	27.003 salas	7.751.910	—	—	—	—	
C: Conservação dos prédios escolares	—	—	3.719.580	—	5.009.805	9.911.083	—	—	—	
D: Despesas diversas para administração e Projeto	—	—	2.000	—	13.653	—	—	—	—	
TOTAL	11.817.000	37.195.800	37.195.800	50.008.050	99.410.850	216.800	1.014.480	1.332.770	2.664.000	

QUADRO 6
FINANCIAMENTO COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FUNDO
NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
(A preços de 1962)

OBJETIVOS	INVESTIMENTOS Cr\$ (1 000)					MATRÍCULA ADICIONAL				TOTAL
	1963	1964	1965	1966	1967	1963	1964	1965	1966	
A) Manutenção da Rede Federal de ensino médio	—	1.487.861	—	1.800.000	—	—	—	1.800.000	5.087.861	—
1. Ensino Secundário	—	1.487.861	—	1.800.000	—	—	—	1.800.000	5.087.861	—
subtotal	—	1.487.861	—	1.800.000	—	—	—	1.800.000	5.087.861	—
2. Ensino Industrial	—	857.500	—	857.500	—	—	—	857.500	2.572.500	—
Pessoal do Quadro	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Expansão, manutenção, aperfeiçoamento e capacitação profissional	—	1.222.610	—	2.432.000	—	—	—	3.700.000	7.354.610	—
Construção	—	461.000	—	640.000	—	—	—	220.000	1.361.000	—
Reequipamento	—	90.000	—	300.000	—	—	—	430.000	820.000	—
subtotal	—	2.624.125	—	4.260.500	—	—	—	5.227.500	12.121.125	—
3. Ensino complementar: cegos e surdos	—	573.100	—	750.000	—	—	—	750.000	2.078.100	—
4. Rede Federal de Ensino Agrícola	—	1.870.000	—	1.870.000	—	—	—	1.870.000	5.010.000	—
TOTAL	—	6.560.116	—	8.689.500	—	—	—	9.947.500	24.807.116	—

FINANCIAMENTO DO PLANO

FINANCIAMENTO COM RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS RECURSOS DECORRENTES DA LEI DE DIRETRIZES E BASES (A preços de 1962)

A N O	RECEITA TRIBUTÁRIA (Cr\$ 1.000)	RECURSOS PARA O PLANO		DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS (Cr\$ 1.000)			
		%	(Cr\$ 1.000)	CUSTEIO	FUNDO ENSINO PRIMÁRIO	FUNDO ENSINO MÉDIO	FUNDO ENSINO SUPERIOR
1963.....	(1) 678.248.000	—	96.003.974	(1) 27.346.193	15.756.000	16.560.116	36.331.665
1964.....	764.000.000	15	114.600.000	11.460.000	34.380.000	34.380.000	34.380.000
1965.....	817.000.000	20	163.400.000	16.340.000	49.020.000	49.020.000	49.020.000

(1) Computados os saldos dos fundos não incluídos no Plano Nacional de Educação e todas as despesas relativas à Cultura, Assistência e Custeio propriamente dito.

FINANCIAMENTO DO PLANO FINANCIAMENTO COM RECURSOS

EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS (A SEREM OBTIDOS — ENSINO PRIMÁRIO)

FUNDO ROTATIVO DO SERVIÇO DE EMPRÉSTIMOS

RECURSOS PARA CONSTRUÇÃO, EQUIPAMENTO E CONSERVAÇÃO ESCOLAR

(A preços de 1962)

A N O	QUOTA DO FUNDO DE AMORTIZAÇÃO (1)			FUNDOS A SEREM LEVANTADOS	AMORTIZAÇÃO ANUAL	SALDO A SER APLICADO
	UNIÃO (2)	ESTADOS E MUNICÍPIOS (4)	TOTAL			
1963.....	1.181.700	(3)	1.181.700	11.817.000	—	11.817.000
1964.....	2.578.500	1.289.250	3.867.750	38.577.500	1.181.700	37.495.800
1965.....	3.576.500	1.838.250	5.414.750	55.147.500	5.049.450	50.098.050
TOTAL.....	7.436.700	3.127.500	10.564.200	105.642.000	6.231.150	99.410.850

(1) Não considerados os juros que serão deduzidos do próprio fundo de amortização.

(2) 10% dos recursos a serem distribuídos aos Estados.

(3) Crescimento vegetativo de aproximadamente 1/4 da obrigação dos Estados e Municípios a Ber estabelecido em convênio.

(4) Não constam recursos em 1963, por já estarem aprovados os Orçamentos Estaduais e Municipais quando da aprovação do presente Plano

CIÊNCIA — PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

ENSINO SUPERIOR

INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)		INVESTIMENTO (Cr\$ 1.000)	
A N O		A N O	
1963.....	6.450.000	1963.....	1.280.000
1964.....	13.650.000	1964.....	2.440.000
1965.....	21.050.000	1965.....	2.650.000
TOTAL.....	41.150.000	TOTAL.....	6.370.000

QUADRO 8

FINANCIAMENTO DO PLANO

RESUMO

Unidade: Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1963	1964	1965	TOTAL
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	96.003.974	114.600.000	163.400.000	374.003.974
Custeio.....	27.356.193	11.460.000	16.340.000	55.156.193
Fundo de Ensino Primário.....	15.756.000	34.380.000	49.020.000	99.156.000
Fundo de Ensino Médio.....	16.560.116	34.380.000	49.020.000	99.960.116
Fundo de Ensino Superior.....	36.331.665	34.380.000	49.020.000	119.731.665
RECURSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS.....	19.547.000	53.585.800	73.798.050	146.930.850
Ensino Primário.....	11.817.000	37.495.800	50.098.050	99.410.850
Ensino Superior.....	6.450.000	13.650.000	21.050.000	41.150.000
Ciência — Pesquisa Científica e Tecnológica.....	1.280.000	2.440.000	2.650.000	6.370.000
SOMA.....	115.550.974	168.185.800	237.198.050	520.934.824

MEIOS DE AÇÃO

a) Reforma do Ministério da Educação nas bases propostas ao Poder Legislativo para adaptá-lo à nova organização educacional brasileira, instituída pela Lei de Diretrizes e Bases e habilitá-lo ao regime de planejamento no campo da educação.

b) Instituir o serviço de empréstimos para construção e equipamento escolar, a ser operado através da rede bancária oficial, com o fundo rotativo inicial de 100 bilhões de cruzeiros, a ser amortizado com as reservas de 10 por cento dos recursos estaduais e municipais na forma prevista pelo Plano Nacional de Educação elaborado pelo Conselho Federal de Educação.

c) Criação de um serviço de material escolar, a ser custeado com 8 por cento dos recursos federais destinados aos Estados e

Municípios, com o objetivo de elaborar e distribuir livros, material didático e equipamento escolar.

d) Elevar os recursos federais destinados aos fundos do ensino primário e médio a 5 por cento, em 1964 e 6 por cento, em 1965, da renda tributária da União, para igualá-los, assim, às despesas com o ensino superior, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases.

ANEXO I

CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS DOS FUNDOS PRIMÁRIO E MÉDIO AOS ESTADOS

a) Condições para o auxílio federal:

1º) cumprimento no exercício anterior do dispositivo constitucional e da Lei de Diretrizes e Bases referentes à percentagem prevista para manutenção e desenvolvimento de ensino (art. 92, § 3º da Lei de Diretrizes e Bases).

2º) elaboração do plano educacional do Estado por município, dentro das normas e prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

3º) inspeção federal, inclusive contábil, das despesas de educação pelo Estado e pelos Municípios para verificação da aplicação dos recursos recebidos nos termos do Plano Nacional e respectivo convênio e cálculo do custo do aluno na base estabelecida.

4) Os recursos federais que, nos termos das condições acima, não forem distribuídos aos respectivos Estados serão aplicados nos Estados mais necessitados, visando à ampliação de suas oportunidades educacionais, obedecidos os mesmos critérios de proporcionalidade da distribuição inicial.

b) Cálculo das quotas dos Estados :

1 . Fundo do Ensino Primário

Os recursos de que trata a letra *a* do Quadro 1, relativos aos exercícios de 1964 e 1965, serão atribuídos aos Estados e Territórios, mediante convênio sendo os respectivos montantes calcula-

dos em 30 por cento diretamente proporcional à população escolar de 7 a 14 anos e 70 por cento inversamente proporcional à renda «per capita» do Estado ou Território.

No exercício de 1963 a distribuição de recursos de que trata o item anterior será feita segundo os montantes abaixo já constantes do Orçamento Federal para o referido exercício.

Acre	32.457.980
Amapá	13.968.900
Rio Branco	4.804.040
Rondônia.....	9.836.330
Amazonas	132.527.760
Pará	327.682.340
Maranhão.....	772.453.610
Mato Grosso	158.889.390
Goiás.....	407.569.840
Piauí	482.376.080
Ceará	927.357.340
Rio Grande do Norte	253.037.120
Paraíba	506.020.290
Pernambuco	792.485.660
Alagoas	313.139.910
Sergipe.....	159.161.630
Bahia	1.357.969.380
Espírito Santo	227.191.750
Minas Gerais	1.673.438.530
Rio de Janeiro	458.233.040
Guanabara	176.231.410
São Paulo.....	1.148.988.920
Santa Catarina.....	331.631.480
Paraná	507.678.630
Rio Grande do Sul	652.469.640
	11.827.500.000

Nota: Em virtude do Decreto Federal nº 51.814, de 8 de março de 1963, relativo à contenção de despesas, as parcelas e o total supra sofreram redução de 50%.

2. Fundo do Ensino Médio

1") Os recursos de que trata o item 2 do Quadro 2, relativos aos exercícios de 1964 e 1965, serão atribuídos aos Estados e

Territórios, mediante convênio, sendo os respectivos montantes calculados em 30 por cento diretamente proporcional à população e 70 por cento inversamente proporcional à renda «per capita» do Estado ou Território.

No exercício de 1963 a distribuição de recursos de que trata o item anterior será feita segundo os montantes abaixo, já constantes do Orçamento Federal para o referido exercício.

Acre	13.653.000
Amapá	7.105.000
Rio Branco	2.414.000
Rondônia	4.226.000
Amazonas	68.535.000
Pará	166.406.000
Maranhão	379.699.000
Mato Grosso	76.164.000
Goiás	201.789.000
Piauí	243.542.000
Ceará	456.353.000
Rio Grande do Norte	126.244.000
Paraíba	254.583.000
Pernambuco	412.696.000
Alagoas	140.008.000
Sergipe	79.512.500
Bahia	685.738.000
Espírito Santo	119.347.000
Minas Gerais	892.364.000
Guanabara	1.11.424.000
Rio de Janeiro	237.940.000
São Paulo	546.503.000
Paraná	253.118.000
Santa Catarina	168.025.000
Rio Grande do Sul	352.611.000
	6.000.000.000

Nota: Em virtude do Decreto Federal nº 51.814, de 8 de março de 1963, relativo à contendo de despesas, as parcelas e o total supra sofreram redução de 50%.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
1963

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)